

SUMÁRIO

Prefácio.....	11
Nota Prévia.....	13
INTRODUÇÃO	17
1. CONSTRUINDO A IDEIA DA INCIDÊNCIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS ENTRE OS PARTICULARES. PREMISSAS ESCOLHIDAS	21
1.1. Da força normativa do texto constitucional.....	22
1.2. Superação do modelo positivista clássico e construção de novel paradigma alcunhado de pós-positivismo. Papel destacado das chamadas regras-princípios.....	24
1.3. Alguns aspectos dos chamados direitos humanos fundamentais.....	30
1.3.1. Delimitação conceitual.....	30
1.3.2. O catálogo de direitos humanos fundamentais na Constituição de 1988, em especial, dos chamados direitos sociais.....	32
1.3.3. A problemática da eficácia imediata dos direitos fundamentais sociais dos trabalhadores.....	36
1.4. Mecanismo de ponderação e a solução dos chamados casos difíceis. Prevalência do princípio da dignidade da pessoa humana.....	39
1.4.1. Aspectos introdutórios	41
1.4.2. Pressupostos da ponderação.....	43
1.4.3. Conceito de ponderação.....	44
1.4.4. Critérios materiais à ponderação.....	47
1.4.5. Parâmetros gerais à ponderação	49
1.4.6. Parâmetro preferencial e específico à ponderação no processo do trabalho. Prevalência da dignidade da pessoa humana do trabalhador	50
1.5. Novo centro unificador do direito material e processual do trabalho – a Carta Magna.....	52

2. DA DIMENSÃO OBJETIVA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	55
2.1. Aspectos introdutórios.....	55
2.2. Da eficácia irradiante dos direitos fundamentais	57
2.3. Da eficácia irradiante no direito material e processual do trabalho.....	58
3. DA EFICÁCIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS ENTRE PARTICULARES, NAS RELAÇÕES CIVIS E LABORAIS. A CONCEPÇÃO MEDIATA E IMEDIATA	60
3.1. Introdução. Aspectos gerais do tema.....	60
3.2. A questão terminológica. Da concepção clássica até o debate atual acerca da nomenclatura utilizada nas relações entre particulares.....	63
3.3. Da força do poder privado e as relações de trabalho.....	64
3.4. A negação da eficácia dos direitos fundamentais entre particulares e a doutrina do <i>state act</i>	67
3.5. A teoria da eficácia mediata ou indireta.....	69
3.5.1 O Código Civil de 2002 e a cláusula geral da boa-fé objetiva....	72
3.6. A teoria da eficácia imediata	76
3.7. Resumo da posição doutrinária estrangeira acerca dessas teorias.....	77
3.8. Resumo da posição doutrinária pátria acerca dessas teorias.....	80
3.9. Resumo da posição jurisprudencial pátria acerca dessas teorias	82
3.10. Posição pessoal no âmbito das relações civis. Necessidade de parâ- metros ao necessário juízo de ponderação.....	88
3.11. Eficácia imediata ou mediata dos direitos fundamentais específicos e inespecíficos nas relações laborais	90
3.11.1 Do poder privado nas relações laborais, inclusive envolven- do entidade associativa.....	91
3.11.2 Direitos fundamentais laborais inespecíficos (direitos da personalidade).....	95
3.11.3 Da chamada boa-fé objetiva e os deveres anexos na ambiên- cia laboral	99
3.12. Posição dos tribunais trabalhistas pátrios.....	105
3.13. Sobre os direitos fundamentais (incidência imediata e/ou mediata) nas relações de trabalho e o exercício da ponderação.....	106
REFERÊNCIAS.....	109